

## **TENSÃO NO CAMPO: AS FAMÍLIAS ENVOLVIDAS NA LUTA PELA TERRA NO MATO GROSSO DO SUL**

**Mirian Grasiela Teodoro – UFMS/CPTL**

[miriangrasi@yahoo.com.br](mailto:miriangrasi@yahoo.com.br)

**Francisco José Avelino Júnior – UFMS**

[china@ceul.ufms.br](mailto:china@ceul.ufms.br)

### **Introdução**

Este trabalho propõe um estudo sobre a questão agrária no estado de Mato Grosso do Sul. O principal objetivo deste é analisar os conflitos agrários, procurando levantar o número de famílias envolvidas nesses conflitos ocorridos no estado no período de 1986 a 2004, através dos arquivos do jornal Correio do Estado (Campo Grande) e da publicação da CPT, Conflitos no Campo – Brasil.

A metodologia utilizada consiste basicamente em levantar o número de famílias envolvidas nos conflitos agrários, sistematizando os dados em tabelas, gráficos e mapas.

### **A ocupação da Terra no Estado de Mato Grosso do Sul**

No Mato Grosso do Sul o processo de ocupação da Terra ocorreu no final do século XIX, após a valorização da Terra, pois passou a ser usada como garantia dada aos bancos para obtenção de financiamentos agrícolas. É nesse período que se tem o alargamento das propriedades produtoras de grãos, com o desaparecimento da pequena propriedade que desenvolvia a agricultura voltada para o autoconsumo. A monocultura de soja, associado à criação de gado, formou a base econômica do Estado. Segundo Avelino Júnior, 2004, p. 43

(...) O processo de ocupação do território de Mato Grosso do Sul acompanhou a expansão das atividades econômicas, tais como, a mineração e as fazendas de gado e, também, posteriormente a ocupação das fronteiras agrícolas em áreas de matas e, recentemente, em áreas de cerrado, o que atraiu migrantes advindos de outras regiões(...)

A navegação pelo Rio Paraguai valorizou a terra na parte sul do estado na Segunda metade do século XIX, possibilitando a exportação de produtos extraídos como a erva – mate, e os subprodutos da pecuária. Os interesses sobre as terras dessa região aumentaram significativamente após a guerra do Paraguai (1870), a construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil, a partir de 1909 foi outro fator que contribuiu para que houvesse interesse sobre esta região.

Foi na metade do século XX, durante a década de 70 que se deu o grande impulso colonizador no estado, quando fazendeiros e granjeiros, oriundos das regiões Sul e Sudeste do Brasil, principalmente

dos estados do Rio Grande do Sul e do Paraná, dirigiam –se ao Mato Grosso do Sul, afim e trabalhar com culturas mecanizadas de cereais.

De acordo com MENDONÇA:

[...] percebe-se a migração do capital gerado na indústria gaúcha para a implantação de empresas agro – pecuárias no Centro-Oeste. O motivo da migração de operários e de elementos da classe média urbana resultou da busca de empregos, do que, também, se ressentia o Rio Grande do Sul. Mas houve ainda uma migração da classe média rural, bem sucedida nas safras de soja, em busca de novas terras de que careciam os lavoureiros gaúchos (MENDONÇA, 1985, p. 54).

A partir daí observa-se o crescimento do número de excluídos e, com ele a emergência de conflitos no campo sul – mato-grossense. Embora sejam tónica em todos os estados da nação, os conflitos ocorrem principalmente na região Centro Oeste, onde se localiza o Mato Grosso do Sul, e são decorrentes da falta de atividades industriais que absorvam os lavradores, os quais estão sendo expulsos da terra.

A concentração de terras, violência e impunidade são traços marcantes na história do Mato Grosso do Sul, como afirma MENDONÇA:

O estado, através de seus órgãos, foi o agente unificado de toda a violência. Desigualdade, perseguições, arbitrariedade, fraude e repressão foram algumas das expressões desta violência(...) e a distribuição da terra revelou outras formas de violência (...) (MENDONÇA, 1991p 66) .

Para a autora, esta violência tinha dois aspectos: o primeiro refere-se à negação do acesso a terra à maioria dos lavradores e o segundo reside nas relações de trabalho impostas pelos donos das terras. Na luta pela terra a regra geral é a violência como forma de resolver os conflitos entre latifundiários e os sem – terra. Esta violência praticada no campo é uma questão política porque diz respeito à concentração da propriedade de terras e à estrutura de poder decorrente desta configuração agrária, já que muitos proprietários de terras armaram-se com milícias privadas (pistoleiros, jagunços, capangas, capatazes) em respostas à organização dos lavradores e trabalhadores rurais em sindicatos, federações, confederações, etc.

### **A concentração fundiária no Estado de Mato Grosso do Sul.**

Segundo o IBGE censo agropecuário e MS, de 1960/1970, fica clara a concentração fundiária da seguinte forma: 89,5% da área total estão nas categorias que comportam estabelecimentos de 1.00 a menos de 10.000 ha e mais de 10.000, representando apenas 10,0% dos estabelecimentos neste período.

Não ocorreu mudança significativa nas mesmas categorias para o período de 1970, no qual 86,6% da área representavam apenas 8,2% dos estabelecimentos.

O monopólio da terra, em Mato Grosso do Sul, está ligado ao processo de implantação e exploração da produção agropecuária e aconteceu sob apoio das grandes propriedades rurais, beneficiadas com projetos da política agrícola, com incentivos fiscais e com crédito rural, utilizando pouca mão-de-obra e quase nenhum recurso tecnológico.

A adoção de um processo de modernização para resolver este problema acabou criando outros, ou seja, com o desenvolvimento do capitalismo no campo, em Mato Grosso do Sul, ocorreu, a partir dos meados da década de 80, uma expulsão de trabalhadores rurais para a cidade, acarretando o fenômeno inchaço das cidades, ao mesmo tempo em que se ampliavam os conflitos no campo pela posse e uso da terra.

As transformações que ocorreram na agropecuária foram patrocinadas pelas políticas governamentais voltadas para este setor produtivo, o qual encontrou no estado grande potencial para a expansão da atividade agropecuária. Neste período, houve um aumento nas culturas de soja e de cana-de-açúcar para atender às necessidades comerciais de exportação, em detrimento de culturas de gênero como Arroz, feijão e milho.

Os lavradores, excluídos do processo produtivo, não encontraram condições de sobrevivência nas cidades, nem tampouco condições de disputa de espaço para moradia e existência no meio rural, o que acaba por formar os grandes acampamentos onde a miséria predomina, sem as mínimas condições de vida e de cidadania.

### **As Famílias envolvidas nos conflitos Agrários pela posse e uso da terra no Mato Grosso do Sul**

Os acampamentos são espaços de luta e resistência, onde as famílias sem-terra trazem a público uma realidade que o governo insiste em esconder, essa realidade da intensificação da concentração fundiária, é o latifúndio que também passou a ser chamado de rural, é a terra devoluta, porém é pública e grilada, que deveria ser desapropriada, de acordo com a Lei, mas que em muitos casos o Estado compra a preços supervalorizados.

Em um país marcado pela desigualdade no campo, isto é visível no Estado de Mato Grosso do Sul, durante sua trajetória à atualidade, a luta pela terra criou um grande impasse para a solução da questão agrária, pois as alianças políticas optaram por enfrentar os sem-terra ao invés dos latifundiários, sendo a luta pela terra a marca de ressocialização das famílias sem-terra, promovendo um verdadeiro processo de democratização da terra de trabalho.

#### **QUADRO 01: CONFLITOS PELA TERRA MS. 1998 - 2004**

<b>Ano</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>Total</b>
<b>Conflitos</b>	71	27	71	9	18	16	42	<b>254</b>
<b>Famílias</b>	13.826	5.871	9.427	752	3.271	5.236	8.836	<b>47.219</b>
<b>Hectares</b>	543.200	377.716	228.550	11.279	22.287	33.471	88.186	<b>1.304.689</b>

Fonte: CPT, 1998/2004.

O quadro 1 revela que no estado do Mato Grosso do Sul no período de 1998 a 2004 ocorreram 254 conflitos nesse período sendo em 1998 e 2000 maior número de conflitos ocorridos e famílias envolvidas, 1998 teve maior intensidade com 71 conflitos com 13.836 famílias envolvidas lutando pela posse de 543.200 hectares de terras, pois foi durante a década de 90 que os conflitos sociais ampliaram a territorialização da violência no campo, isto deu-se pelo fato dos camponeses não submeterem mais a dominação exercida pelos latifundiários e por outros “donos” do poder local.

**Quadro 02: Violência no Campo Contra a Posse/Propriedade MS 2001- 2004**

<b>Formas de violência</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>Total</b>
<b>N.º de conflitos</b>	36	20	28	34	<b>118</b>
<b>Hectares conflitos</b>	95.324	22.287	33.471	31.476	<b>182.558</b>
<b>Famílias envolvidas</b>	2.998	3.271	7.681	5.883	<b>19.833</b>
<b>Vítimas de expulsão</b>	227	26	35	146	<b>434</b>
<b>Despejo judicial</b>	355	89	1.630	1.550	<b>3.624</b>
<b>Ameaça de despejo</b>	00	220	615	3.098	<b>3.933</b>
<b>Ameaça de expulsão</b>	300	200	300	140	<b>940</b>
<b>Destruição de casas</b>	00	11	35	0	<b>46</b>
<b>Pertences</b>	00	11	35	0	<b>46</b>

Fonte: CPT, 2001/2004

O Quadro 02 revela que no estado de Mato Grosso do Sul, no período de 2001 a 2004. Ocorreram 118 conflitos, num total de 182.558 hectares conflitivos, envolvendo 19.833 famílias. Dessas famílias, 434 foram vítimas de expulsão, 3.624 sofreram despejo judicial, 3.933 sofreram ameaça de despejo, 940 foram ameaçadas de expulsão, 46 famílias tiveram suas casas e pertences destruídos.

Os números acima comprovam o que se denomina de guerra de baixa intensidade, uma vez que claramente mostram o aumento das chamadas operações terroristas de intimidação as famílias de lavradores: destruição de casas, ameaça de despejo etc.

### **Considerações finais**

Para concluir cabe ressaltar que este artigo é parte de um projeto de iniciação científica, que encontra-se em andamento, nesta perspectiva o artigo procurou analisar o número de famílias envolvidas nos conflitos pela posse e uso da terra no Mato Grosso do Sul.

Neste contexto, os conflitos pela posse e uso da terra são uma constante quando se faz a trajetória do acesso à terra, tanto no Brasil, revestida de violência contra as famílias sem – terra, como no Estado do Mato Grosso do Sul, cuja ocupação é feita de forma concentradora e excludente.

**Referência bibliográficas:**

AVELINO JÚNIOR, Francisco José. *A Questão da Terra em Mato Grosso do Sul: Posse/uso e conflitos*. Tese (Doutorado em Geografia), São Paulo: FFLCH, USP, 2004.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no campo - Brasil (1998 a 2004)*. Goiânia: CPT, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário 1970 e 1975 de Mato Grosso*. Rio de Janeiro, 1988.

MENDONÇA, Nadir Domingues. *Chapadão dos Gaúchos (MS). Núcleo de uma franja pioneira*. Boletim Paulista de Geografia, n.º 67, São Paulo, 1985.

MEDEIROS, Leonilde. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MENDONÇA, Nadir Domingues. *(Des) Construção do Pantanal: assentados na lama e na Areia. As contradições entre os projetos do Estado e dos assentados no assentamento Taquaral – MS*. Araraquara, Tese (Doutorado em Sociologia), UNESP, 2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A Geografia das lutas no campo*. São Paulo: Contexto, 1999.